

4CCHLADLCVPLIC07

AQUISIÇÃO DA ESCRITA EM CRIANÇAS SURDAS: SINGULARIDADES NO CAMINHO DO LETRAMENTO

Maria do Carmo Melo Aguiar Neta¹, Evangelina Maria Brito de Faria³
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/Departamento de Línguas Clássicas e Vernáculas

Ao pesquisarmos sobre a aquisição em crianças surdas, percebemos que ainda há muita desinformação e conceitos inadequados referentes à aprendizagem da língua portuguesa nessas circunstâncias, como também uma escassa bibliografia lingüística sobre esse assunto. No entanto, sabemos que tais situações são frutos da nossa formação sócio-histórico-cultural e por que não dizer acadêmica, uma vez que a Educação Inclusiva só agora está aos poucos sendo inserida no contexto curricular dos cursos de licenciaturas em nosso país.

Os primeiros estudos acerca desta temática datam da década de 60, quando Stokoe publica o Dicionário de Línguas de Sinais Americana (Dictionary of American Sign Language) sendo o primeiro lingüista a analisar os sinais e suas partes constituintes, dando o *status* de língua às línguas de sinais. Apesar de alguns estudos terem sido realizados em décadas posteriores aqui no Brasil no campo da linguagem em relação a LIBRAS, apenas em 24 de abril de 2002 é que essa língua é reconhecida como oficial, através da criação da lei nº 10.436, cujo artigo 1º declara como:

“meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS –, e outros recursos de expressão a ela associados.”

Após 40 anos de investigação lingüística, a LIBRAS finalmente ganha estatuto de Língua Oficial no país. Não foi um tempo perdido porque muitos pesquisadores desenvolveram trabalhos importantes, que motivaram o reconhecimento de LIBRAS como língua oficial. A língua de sinais é o canal que os surdos dispõem para receber a herança cultural, e a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS é utilizada pela comunidade surda brasileira que se torna diferente das línguas orais, pois, utiliza o canal visual-espacial. É adquirida como língua materna pelas crianças surdas e o simples contato com a comunidade de surdos adultos propicia a sua aquisição naturalmente (BRITO, 1993). A língua de sinais tem como meio propagador o campo gesto-visual, o que a diferencia da língua oral, que utiliza o canal oral-auditivo. Além dessa diferença, também apresenta antagonismos quanto às regras constitutivas. No entanto, a língua de sinais deve ser respeitada como língua, pois assume a mesma função da língua oral, a comunicação.

De acordo com Quadros (1997), tal língua surge pelos mesmas necessidades naturais e específicas dos seres humanos de usarem um sistema lingüístico para expressarem idéias, sentimentos e ações. Dessa forma, a língua de sinais nasceu da necessidade de os surdos se comunicarem e participarem como parte integrante do seu meio, uma vez que apresentam dificuldades na aquisição da língua oral. Esta língua apresenta em sua estrutura sistemas abstratos, regras gramaticais e complexidades lingüísticas, como também expressões metafóricas. Quadros ressalta ainda que a língua de sinais se apresenta tão complexa e expressiva quanto a língua oral. Esta língua, como todas as outras, estabelece características próprias, de acordo com a nacionalidade e até mesmo a regionalidade. Ela compreende uma organização material de constituintes, fechada e convencional, correspondentes às possibilidades do canal visual-manual-gestual.

⁽¹⁾Bolsista; ⁽²⁾ Voluntário(a); ⁽³⁾ Prof(a) Orientador(a)/Coordenador(a).

Uma concepção inadequada e muito comum é que a língua de sinais seria universal. Na verdade, os surdos de diferentes países usam línguas de sinais muito diferentes, além disso, a língua de sinais não é simplesmente uma versão manual da língua oral usada pela comunidade ao redor. Tanto a LIBRAS, quanto a Língua Americana de Sinais (ASL) e a Língua de Sinais Britânica, por exemplo, são mutuamente incompreensíveis. Atualmente as pesquisas envolvendo as línguas de sinais indicam que elas possuem um sistema lingüístico altamente estruturado e tão complexo como as línguas faladas, estruturando-se neurologicamente nas mesmas áreas cerebrais das línguas orais.

Em relação à aquisição da linguagem pelos surdos, observam-se pontos divergentes. Profissionais que trabalham com a filosofia oralista acreditam que a língua de sinais é prejudicial à aquisição da língua oral. A abordagem bilíngüe apresenta uma versão diferente explicitando que a língua de sinais fornecerá todo aparato lingüístico necessário para estruturação do pensamento e aquisição de outras línguas (QUADROS, 1997).

Sabemos que para falar nós utilizamos o já dito, das informações anteriores, do dialogismo existente na linguagem. Como se dá a construção de todos os dizeres já ditos? Até que ponto a LIBRAS é determinante nesse processo? O conhecimento prévio que o leitor surdo tem de mundo é assimilado e transmitido através da língua de sinais. É no uso dessa língua que se torna possível a compreensão do texto fazendo da leitura uma atividade caracterizada pelo engajamento e uso do conhecimento, em vez de uma mera recepção passiva. O conhecimento lingüístico, textual e de mundo ao ser ativado com a língua de sinais durante a comunicação possibilita a interação entre os interlocutores.

O acesso a LIBRAS é primordial na construção da identidade da pessoa surda em todos os seus aspectos, a saber, lingüísticos, cognitivos e sociais. Exposto a LIBRAS o mais precoce possível, o sujeito surdo estaria assim garantindo seu direito a uma língua de fato.

A língua de sinais vem assumindo um lugar cada vez mais relevante na educação do surdo. A proposta bilíngüe para surdos adultos não oralizados, língua de sinais como primeira língua e português escrito como segunda língua, não privilegia uma língua, mas quer dar direito e condição ao leitor surdo de poder utilizar duas línguas, não se trata de negação, mas de respeito, o sujeito surdo escolherá a língua que irá utilizar em cada situação lingüística em que se encontrar. É necessário compreender que as línguas de sinais apresentam-se numa modalidade diferente das línguas orais; são espaço – visuais, ou seja, a realização dessas línguas é estabelecida através da visão e da utilização do espaço. A diferença na modalidade determina o uso de mecanismos sintáticos especialmente diferentes dos utilizados nas línguas orais. (QUADROS, 1997:46). As línguas de sinais são sistemas lingüísticos que passam de geração em geração de pessoas surdas, são línguas naturais que se desenvolvem no meio em que vive a comunidade surda (QUADROS, 1997: 46-47).

Os surdos formam uma comunidade lingüística minoritária caracterizada por compartilhar uma língua espaço – visual. A língua de sinais constitui o elemento identificatório dos surdos, e o fato de constituir-se em comunidade significa que compartilham e conhecem os usos e normas da mesma língua já que interagem cotidianamente em um processo comunicativo eficaz e eficiente. Isto é, desenvolvem as competências lingüísticas, comunicativa e cognitiva por meio do uso da língua de sinais própria de cada comunidade. Segundo Skliar, (1999:142):

“A língua de sinais anula a deficiência e permite que os surdos constituam, então, uma comunidade lingüística minoritária diferente e não um desvio da normalidade”.

Com a língua de sinais o surdo pode tomar a palavra. Para Góes (1999), o aprendizado de uma língua implica de certa forma considerar um modo de atribuir significações

ao mundo por intermédio da linguagem, percebendo assim as peculiaridades culturais. Com isso quer-se dizer que por meio da língua passamos a compreender o mundo, constituindo nosso cognitivo e o subjetivo, criando pelas nossas experiências e concepções próprias, de tudo e todos que fazem parte de nosso meio. Dessa forma, a criança surda necessita de uma língua que possibilite a ela a integração ao seu meio, no qual ela seja capaz de compreender o que está ao seu redor, significar suas experiências, em vez de uma língua que a torne um ser apto para reproduzir um número restrito de palavras e frases feitas, que para ela não terão nenhum significado comunicativo, restringindo sua potencialidade para construir e utilizar a linguagem no processo dialógico.

A Educação Bilíngüe para os Surdos busca a aceitação da surdez sem almejar transformações culturais e de identificação do sujeito surdo. Segundo essa proposta, o indivíduo ao adquirir uma língua natural é capaz de se desenvolver plenamente, vivenciando, aprendendo e se comunicando, além de se identificar com sua cultura. Assim, a concepção bilíngüe lingüística e cultural luta para que o sujeito surdo tenha o direito de adquirir/aprender a LIBRAS e que esta o auxilie, não só na aquisição da segunda língua (majoritária), mas que permita sua real integração na sociedade, pois ao adquirir uma língua estruturada o surdo pode criar concepções e oportunidades, participando ativamente do convívio em seu meio.

A proposta do Bilingüismo extrapola o domínio puro e simples de uma outra língua como mecanismo comum de comunicação, no que se refere à inserção da criança no ambiente escolar. Esse mesmo mecanismo não deve ocorrer com o intuito de ser um “recurso facilitador” na apreensão dos conteúdos por parte dos alunos surdos, pelo contrário, deve promover o desenvolvimento do surdo no que diz respeito à sua individualidade e à sua participação e integração junto à sociedade.

É importante deixar claro que o bilingüismo proposto não ocorre simplesmente por meio da inclusão da língua de sinais na sala de aula, em conjunto com a língua portuguesa. Mais do que isso, esse processo precisa ser contínuo, seja entre o surdo e as demais pessoas do ambiente escolar, seja entre a família e o surdo. Acreditamos que a partir dessa integração, na qual a língua de sinais é admitida como a primeira língua (visuo-espacial), torna-se mais fácil o entendimento da organização de suas estruturas gramaticais em relação à língua dos ouvintes (oral-auditiva).

Cabe ressaltar, que como toda língua oral, a língua de sinais também apresenta um período crítico, compreendido entre a idade de 13 a 17 anos. Período no qual o aprendizado de uma nova língua é comprometido, pois acarreta sérias conseqüências no que diz respeito ao desenvolvimento cognitivo, uma vez que o cérebro está passando por mudanças maturacionais que dificultam a transferência de dados do hemisfério direito (área responsável pelo processamento lingüístico gestual) para o hemisfério esquerdo (área responsável pelo processamento da linguagem). Por isso reiteramos que quanto mais cedo a criança for exposta a língua de sinais, melhor será o seu desenvolvimento cognitivo e social. Por isso, defendemos a postura de que a criança surda aprenda o mais cedo possível a língua de sinais como língua materna ou primeira, juntamente com a língua portuguesa, o que viabilizará futuramente o processo de aquisição da escrita e uso proficiente da mesma.

Em relação à aprendizagem da escrita, um dos problemas presentes na produção textual do surdo diz respeito aos mecanismos de coesão. Muitos de seus textos são vistos pelos professores como não-textos, desprovido de mecanismos de coesão. E o que é coesão?

Para Antunes (2005) a coesão é como:

“propriedade pela qual se cria e se sinaliza toda espécie de ligação, de laço, que dá ao texto unidade de sentido ou unidade temática”

No dizer de Antunes, a coesão está estritamente ligada à coerência, logo se um texto é coerente é porque em algum nível houve coesão. Essa percepção nos encorajou a olhar a escrita dos surdos de uma outra maneira. Em nossas pesquisas vemos como um sujeito que transita em dois sistemas lingüísticos, o que lhe dá uma singularidade. Vejamos esse exemplo tirado do corpus existente no LAFE¹ :

Minha férias

Muito boa, eu viajei p/ casa minha avó.

Minha amiga muito brinca corremos conversamos sobre muito coisas.

Primeiro meu pai viajou p/ casa avó, depois, segundo minha mãe viajou p/ cada avó. Sábado passado eu viajei p/ praia Gaibu junto minha amiga foi muito bom, legal brina toda para mim. Agora volta aulas, eu quero mais férias, mas precisa estudar aprender melhor.

Já encontra amiga Karina ela também é surda. Ontem passei Shopping Tacarauna minha mãe compra material.²

O texto fala das férias vividas na casa da avó. Em que seus pais também participara e ressalta a presença da amiga que deu um toque especial, pois puderam brincar e conversar, por fim fala do início das aulas que marca o fim das férias.

Do ponto de vista argumentativo, vê-se um texto coerente, pois inicia dizendo que suas férias foram boas e conclui dizendo, por isso mesmo, que queria mais férias, porém reconhece a necessidade de aprender mais. Existe uma seqüência com um encadeamento de pensamentos que gera um ponto de vista assumido. Isso pode ser visto em cada parágrafo e entre os parágrafos. Há uma seqüência temporal permeia todo o texto.

Dizer que esse texto não apresenta coesão e conseqüentemente coerência é ignorar a unidade temática existente nele. O que observamos é apenas uma estrutura gramatical diversa, mas tal organização não compromete o sentido expresso pelas sentenças. Em termos de categorias lógicas, vê-se um texto coeso e coerente, embora do ponto de vista da língua escrita, haja disparidades. A dessemelhança está apenas na estrutura da escrita, mas no ponto de vista conceptual não há distinção. O ato de conceber mentalmente desenvolve uma linha de raciocínio que é idêntica à da escrita da língua portuguesa. Como disse Vygotsky (1998), "a linguagem fornece os conceitos e as formas de organização do real que constituem a mediação entre o sujeito e o objeto de conhecimento". Lembrando também que ainda segundo Vygotsky (1998) as palavras concorrem para a existência do pensamento, um pensamento estruturado em LIBRAS implicará uma escrita diversa daquela permeada pela oralidade.

A função desempenhada pela coesão é dar continuidade ao texto, seja entre orações, períodos e até mesmo entre parágrafos. Entretanto, é comum ouvirmos críticas referentes à estrutura da língua de sinais brasileira, tais como: "uma língua pobre", ou "telegráfica" descaracterizando-a enquanto língua, em virtude da ausência de artigos fato decorrente do sinteticismo da língua, que também é característica das línguas clássicas como o grego e o latim, não desprestigiadas pela imposição de seu *status* histórico.

¹ Laboratório de Aquisição de Fala e de Escrita - UFPB

² Criança, sexo feminino, 13 anos, com surdez neurosensorial bilateral de grau profundo, cursando a 4ª série do Fundamental I

Para os lingüistas, esses aspectos apenas a definem como uma língua sintética. Diferente do que ocorre com a língua usada pelos ouvintes, cuja premissa se dá por meio do contato com a sonoridade das palavras. O que se vê nesse texto é um sujeito transitando por dois sistemas lingüísticos. E para nós, quanto mais conhecer da Libras, mais capacitado estará para perceber as distinções entre os sistemas.

Por fim, concluímos que, embora haja ampla discussão do tema Inclusão Social e, sobretudo Educação de Surdos, ainda há muito para se discutir e propor seja aos professores – que muitas vezes precisam se atualizar, ou melhor, se especializar nessas novas tendências educacionais, visto que sua formação acadêmica não foi privilegiada com tais debates –, seja a sociedade em seus diversos segmentos, a aceitar o surdo não como uma pessoa deficiente que precisa de cuidados especiais, mas como cidadão e agente modificador do meio onde vive e encontra-se inserido.

Como é sabido de todos, língua é poder. E é a partir desses mecanismos mentais, que ocorre o uso satisfatório de uma língua. Uma vez que dominar uma língua trata-se de um fenômeno conseqüente do contato com a mesma refletido em qualquer modalidade: oral, escrita ou sinalizada no que se refere à língua de sinais.

Referências:

- ANTUNES, Irandé. *Lutar com palavras*. São Paulo: Parábola editorial, 2005.
- FERNANDES, Eulália. *Linguagem e surdez*. Porto Alegre: Artemed, 2003.
- SCARPA, Ester Mirian. *Aquisição de linguagem*. In MUSSALIM, Fernanda. *Introdução à lingüística*. Volume 2. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- QUADROS, Ronice Muller & KARNOPP, Lodenir Becker. *Língua de sinais brasileira. Estudos lingüísticos*. Porto Alegre: Artemed, 2004.
- SCLIAR-CABRAL, Leonor. *Guia Prático de Alfabetização*. São Paulo: contexto, 2003
- QUADROS, Ronice Müller de. *Língua brasileira de sinais: estudos lingüísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- VYGOTSKY, Lev Semenovitch. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- _____. *Interação entre aprendizado e desenvolvimento*. In *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- SKLIAR (1999) SKLIAR, C. (Org.) *Atualidade da educação bilíngüe para surdos*. Porto Alegre: Mediação, 1999.
- GÓES, M.C.R. *Linguagem, surdez e educação*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.
- BRITO, L.F. *Integração social & Educação de surdos*. Rio de Janeiro: Babel; 1993.
- Lei Federal nº 10.436. Disponível em: www.dicionariolibras.com.br, acessado: 04/04/2007.